

os alunos são convidados a memorizar uma terminologia rebarbativa, abstração de abstrações fruto verde e murcho há um tempo – verde de um lado, murcho de outro – de uma Ciência da Linguagem em estado de ebulição, onde se encontram e desencontram correntes cruzadas, onde só se cuida da fala coloquial e onde se faz da língua um ser autônomo, desligado do homem, da cultura, da Criteriologia (uma vez que ela pretende ser a Epistemologia de si mesma).

Compreende-se então por que o Prof. Gládstone Chaves de Melo se tem declarado ultimamente “um simples professor de língua portuguesa”. É claro que sua crítica se refere não à formação lingüística, necessária, indispensável – o que seria uma absurda negação de tudo quanto disse na obra – mas a uma determinada orientação, que, aliás, não é unânime entre nossos professores.

A Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa, pela variedade de material que apresenta, dá uma visão global de assuntos lingüístico-filológicos tratados em nossos cursos de Letras, razão por que se constitui num prestimoso manual de que os alunos muito se beneficiarão. Aliás, sua inclusão na série Estudos Gerais demonstra claramente o propósito do Coordenador-Geral, Prof. Carlos Eduardo Falcão Uchôa, de manter esta coleção aberta a obras, de ontem ou de hoje, que tragam uma contribuição realmente válida para os estudos lingüísticos e filológicos entre nós.

UMA NOVA EDIÇÃO DE A LÍNGUA DO BRASIL (Rio de Janeiro, 4ª edição, melhorada e aumentada, Padrão, 1981).

Rosalvo do Valle

Eis um livro que faz falta na bibliografia básica de um curso superior de Letras. Nele o estudante encontrará, numa linguagem que faz inveja a muita gente e que todos entendem, uma visão geral das questões referentes à história da língua portuguesa no Brasil. Fruto da atividade docente e, pois, destinado, sobretudo a alunos, compreende-se o tom didático do livro, a começar pelo “balanço sumário das principais publicações referentes ao português brasileiro e à controvérsia que ele suscitou” (p. 15), capítulo que tem hoje a vantagem de oferecer aos alunos uma visão histórica do problema e apresentar-lhes alguns grandes mestres, lamentavelmente ignorados nos dias atuais.

Para examinar bem as focalizações e as propostas dos autores, assim como para analisar as várias faces do problema, a indispensável orientação lingüística, que dá ao Autor segurança para colocar bem a questão do português

do Brasil e concluir que o “problema da língua brasileira” é político e sentimental e não lingüístico (p. 129).

Com a mesma segurança e com espírito crítico sempre alerta, estuda o Autor a influência tupi e a influência africana, exemplificando fartamente e desfazendo interpretações errôneas, ao apontar o caráter românico ou a arcaidade de supostos africanismos e tupinismos. No capítulo sobre a língua popular defende - e não está sozinho - a tese de uma “notável unidade relativa, apreciável uniformidade” desta nossa modalidade lingüística, e vê no movimento das Bandeiras a origem dessa unidade. Ao cotejar fatos de nossa língua popular com a portuguesa, especialmente o dialeto interamnenense, conclui que “a linguagem popular brasileira, com a sua impressionante uniformidade, representa nada mais que um sincretismo de dialetos continentais portugueses” (p. 117), decorrência da “variada e arbitrária procedência e distribuição da imigração portuguesa no Brasil, desde os primeiros tempos da colonização” (p. 117).

Com relação à nossa pronúncia, “lenta, arredondada e suave” (p. 119), em contraste com a portuguesa, “rápida, incisiva e ríspida” (ibidem), insiste nos elos históricos que aproximam ou prendem indissolúvelmente Brasil e Portugal, reconhecendo, com a generalidade dos especialistas, estar “a pronúncia brasileira *de um modo geral* mais próxima da portuguesa do século XVI do que a hodierna de Portugal” (p. 121). No capítulo VII, partindo da clássica dicotomia saussuriana *langue/parole*, entendida como a oposição *língua/estilo*, admite a existência de um “estilo nacional”: “Nada impede que nós tenhamos *língua* portuguesa e *estilo* brasileiro” (p.134). Entre os elementos concretos por que se pode identificar o estilo (p. 137) está o vocabulário, mais precisamente o *vocabulário cultural*, aquele que reflete as “condições sociais históricas e atuais das diversas comunidades” (p. 138). Essas considerações, como já se vê, encaminham o leitor para o estudo do nosso vocabulário (p. 145-163), o campo mais explorado (mal explorado) pelos defensores da diferenciação lingüística entre as duas grandes nações, os quais não atinaram para o fato de que o vocabulário cultural, arrolado como elemento diferenciador, não é bastante para caracterizar nova língua. Finalmente, sobre a língua literária, quem conhece o Prof. Gládstone Chaves de Melo sabe que ele não deixaria de falar do que considera “decadência” da língua literária atual e de perscrutar suas causas. Mas o objetivo do capítulo é frisar a unidade da língua literária daqui e de Portugal, “com diferenças *estilísticas* e uma ou outra levíssima divergência sintática, insignificativa e inoperante” (p. 189).

Insistimos na prestimosidade deste livrinho de 1946, que o Prof. Gládstone Chaves de Melo destinou aos não-especialistas. Os especialistas

de hoje, senhores de novas orientações lingüísticas, têm feito algumas objeções ao livro: um enfoque sociolingüístico mais patente, o problema dos crioulos e semicrioulos, a questão da “unidade” de nossa língua falada, o conceito de estilo nacional, a origem caipira da fala interiorana, a “linguagem bandeirante”, o conceito de “decadência” aplicada à língua literária atual etc. Sílvia Elia, no seu recente livro *A Unidade Lingüística do Brasil* (Rio, Padrão, 1979), discutiu algumas dessas questões. Em ciência a discussão desapassionada é até muito salutar, e um livro que merece discussões de alto nível é um livro que fica.

**ENSAIO DE ESTILÍSTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA, de
Gládstone Chaves de Melo** (Rio de Janeiro, Editora Padrão, 1976).

Estará Morta a Estilística?

Adriano da Gama Kury

A revista *Langue Française*, em seu fascículo 3, dedicado à estilística (Larousse, 1969), assim iniciava o artigo de abertura:

“Foi tarefa embaraçosa elaborar este fascículo consagrado à “estilística”. À medida que seu trabalho avançava, os infelizes editores do número faziam com inquietação uma série de comprovações cada vez mais incômodas, já que vinham pôr em jogo a legitimidade dela, e até a possibilidade da sua tarefa. Primeira comprovação: a estilística parece quase morta.”

Antes de definitivamente constituída, a novel pretensa ciência agonizava... E marcavam-se alguns momentos importantes dessa agonia: a estilística debatendo-se entre a descrição lingüística estrutural de textos literários, a teoria da literatura, a semiótica e a semântica estrutural, a que “acabou de subordinar-se inteiramente”.

Discordando dessa falsa comprovação, na “teimosa convicção de que passará a presente borrasca e de que homens e mulheres voltarão a apreciar o belo literário (...) numa forma lingüística apurada, inteligível e permanente”, o Prof. Gládstone Chaves de Melo publica este *Ensaio*, numa reação salutar contra as “diversas, inseguras e sucessivas novidades (...) vazadas numa forma pouco vernácula e bastante esotérica” dos textos literários.

É generalizada a queixa: “Os alunos das nossas escolas superiores já estão fatigados das teorias da literatura e de sua hermética terminologia”; “querem outros alimentos que não o programa epistemológico da obra, o